

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Rafael Madeira Silveira

**AS PRINCIPAIS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DE UM GRUPO DE
COMMUNITY SUPPORTED AGRICULTURE :
EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO SLOW FOOD**

Florianópolis
2016

**AS PRINCIPAIS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DE UM GRUPO DE
COMMUNITY SUPPORTED AGRICULTURE :
EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO SLOW FOOD**

Trabalho de Curso apresentado à disciplina
CAD 7305 como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Administração pela Universidade Federal
de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico

Área de concentração: Economia Solidária

Orientador(a): Prof. Dr. Renê Birochi

Florianópolis

2016

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da Universidade Federal de Santa
Catarina

Silveira, Rafael

As principais práticas organizacionais de um grupo de
Community Supported Agriculture : em consonância com os
princípios do Movimento Slow Food. / Rafael Silveira ;
orientador, Renê Birochi - Florianópolis, SC, 2016.
62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico. Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Economia Solidária. 3. Agricultura
Familiar. 4. Agroecologia. 5. Movimento Slow Food. I.
Birochi, Renê. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Administração. III. Título.

Rafael Madeira Silveira

**AS PRINCIPAIS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DE UM GRUPO DE
COMMUNITY SUPPORTED AGRICULTURE :
EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO SLOW FOOD**

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de Dezembro de 2016 .

Prof. Martin de La Martinière Petroll, Dr.
Coordenador de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Prof^a. Renê Birochi, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Maurício R. Serva de Oliveira, Dr.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Sérgio Luis Boeira, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Professor Dr. Renê Birochi, pela orientação, acompanhamento e contribuições à pesquisa, sem o qual o trabalho seria inviabilizado. Agradeço também a cada um dos participantes da pesquisa que aceitaram disponibilizar seu tempo para colaborar com este trabalho. Destes, gostaria de destacar o Vitor, a Tânea e o Wagner, tendo contribuição essencial para a compreensão da iniciativa estudada. Agradeço ao meu pai, por todo suporte e atenção ao longo de toda a minha vida. Também agradeço a todos os envolvidos que de alguma forma contribuíram para esta pesquisa, através de grupos de discussão, reuniões de orientação ou debates, sendo parte importante da construção final desta pesquisa. Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos os amigos e amigas que convivem comigo e me ajudaram, direta ou indiretamente, nesta pesquisa e na minha trajetória em Florianópolis e na Universidade Federal de Santa Catarina.

“É paradoxal, porém verdadeiro, dizer que, quanto mais sabemos, mais ignorantes nos tornamos no sentido absoluto, pois é somente através da iluminação que nos tornamos conscientes de nossas limitações. Precisamente um dos resultados mais gratificantes da evolução intelectual é a abertura contínua de novas e maiores perspectivas.”

Nikola Tesla

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivos identificar práticas organizacionais dos campos da Agricultura Familiar, da Agroecologia e da Economia Solidária, alinhadas com os princípios dos alimentos bons, limpos e justos do Movimento Slow Food e descrever uma iniciativa de CSA (*Community Supported Agriculture*) implementada na região da Grande Florianópolis. Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, através de pesquisa descritiva com a utilização da construção do referencial teórico acerca da Agricultura Familiar, Agroecologia e Economia Solidária. Houve a realização de um estudo de caso na iniciativa de CSA na região da Grande Florianópolis (SC), a partir de entrevistas semi-estruturadas, observação e análise documental. Como resultado percebe-se a correlação estreita entre as principais práticas organizacionais reorganizadas a partir do referencial teórico com as práticas organizacionais identificadas no caso empírico. Esta pesquisa está embasada no conceito de economia solidária, agricultura familiar, bem como do conceito do alimento bom, limpo e justo, propagado pelo Movimento Slow Food, com o intuito de reorganizar as relações entre produtores e consumidores, bem como valorizar a agrobiodiversidade e os saberes-fazer de uma determinada comunidade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Agricultura Familiar; Orgânicos ; Agroecologia.

ABSTRACT

This research aims to identify organizational practices from the fields of Family Farming, Agroecology and Solidarity Economy, aligned with the principles of good, clean and fair food from Slow Food Movement and describe a CSA initiative (Community Supported Agriculture) implemented in Florianópolis - Brasil. This research has a qualitative approach, using descriptive research with the use of the construction of the theoretical framework on the Family Farming, Agroecology and Solidarity Economy. There was conducting a case study in the CSA initiative in Florianópolis (Brasil), from semi-structured interviews, observation and document analysis. As a result we can observe the close correlation between the key organizational practices reorganized from the theoretical frameboard to organizational practices identified in the empirical case. This research is grounded in the concept of solidarity economy, family farming, as well as the concept of good, clean and fair food, propagated by the Slow Food Movement, in order to reorganize the relations between producers and consumers, as well as evaluate agricultural biodiversity and the knowledge of a particular community.

Keywords: Solidarity Economy; Family Farming; Organic; Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Partilha de Cestas.....	43
------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro Conceitual.....	33
Tabela 2 – Tabela de Coprodutores Entrevistados	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSA – *Community Supported Agriculture* - ou Agricultura Apoiada pela Comunidade

FAO – *Food and Agriculture Organization* - ou Organização do Alimento e Agricultura

FLO – *Fairtrade International Organization* – ou Organização do Comércio Justo

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	Introdução.....	17
1.1	Objetivos.....	22
1.1.1	Objetivo Geral.....	22
1.1.2	Objetivos Específicos	22
1.2	Justificativa.....	22
2	Fundamentação Bibliográfica.....	24
2.1	Agricultura Familiar.....	24
2.1.2	Agroecologia.....	25
2.2	Economia Solidária.....	27
2.3	CSA – <i>Community Supported Agriculture</i>.....	29
2.4	Movimento Slow Food.....	30
2.4.1	Os princípios dos alimentos bom, limpo e justo.....	32
2.5	Quadro Conceitual.....	33
3	Metodologia.....	34
4	Resultados.....	39
5	Considerações Finais.....	50
6	Referencial Bibliográfico.....	53

APÊNDICES.....	58
-----------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

A alimentação sempre fez parte da história evolutiva dos seres humanos e vêm se adaptando ao longo dos tempos, conforme nossas relações e modos de vida se modificam. De acordo com Vieira et al. (2015), no princípio, os homens eram nômades, isto é, não possuíam moradia fixa e se deslocavam atrás de comida e abrigo.

Ainda segundo os autores, foi a partir da Revolução Neolítica – ou Agrícola – que o homem deixou de ser nômade e passou ao sedentarismo, estabelecendo sociedades fixas e desenvolvendo a agricultura como meio de subsistência. De acordo com Childe (1978), as primeiras atividades agrícolas aconteceram entre 9000 e 7000 a.C e marcaram a referida transição.

Ainda segundo o autor, as sociedades foram se desenvolvendo a partir desta nova perspectiva, o que possibilitou o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiram maior eficiência e maior aproveitamento do alimento. De acordo com Abreu et al. (2001), durante os sombrios séculos da Idade Média, houve um aperfeiçoamento ínfimo nos modos de produção de alimentos, o que não impediu o retrocesso às práticas primitivas de tempos passados.

Thomas Robert Malthus (1798 apud Abramovay, 2010), em meados do século XVIII, expôs publicamente suas preocupações a respeito do crescimento populacional no mundo e estabeleceu assim, pela primeira vez, padrões de crescimento relacionados à população mundial e à produção de alimentos. Desta forma, ainda conforme o autor, a população mundial cresceria em progressão geométrica, a medida que a produção de alimentos cresceria em progressão aritmética.

Segundo Mazzoleni e Nogueira (2006), foi a preocupação econômica sobre os aspectos sociais que gerou uma preocupação entre o mundo científico e empresarial que direcionaram as prioridades da produção agrícola ao uso intensivo de tecnologia como forma de tentar controlar o ambiente. Assim, ainda segundo o autor, tem-se o nascimento do que foi posteriormente conhecido por Revolução Verde. De acordo com Octaviano (2010), a Revolução Verde é entendida como a propagação de diferentes tecnologias agrícolas, as quais permitem uma maior produção alimentar, com especial impacto na produção dos países menos desenvolvidos.

Atualmente, discute-se a respeito da efetividade que a Revolução Verde trouxe para a resolução de problemas no mundo. Conforme aponta Octaviano (2010), as novas práticas implicaram em aumento da concentração fundiária e alta dependência de sementes, o que traz complicações para o pequeno produtor que tem dificuldade em se adequar ao novo modelo. Além disso, o aumento exponencial na produção de alimentos não cessou com os desperdícios ao longo do processo produtivo. Conforme aponta a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em documento de 2013, cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçados anualmente. Ainda segundo relatório da FAO, esta quantia representa cerca de um terço de toda produção de alimentos do mundo e seu impacto negativo é sentido do ponto de vista econômico, com desperdícios na ordem de 750 bilhões de dólares por ano; do ponto de vista ambiental, visto que a produção destes alimentos representa aproximadamente 3,3 bilhões de toneladas de gás carbônico produzido anualmente; além do ponto de vista social, na medida em que dificulta a erradicação da fome no mundo.

De acordo com Henriques (2009), os principais pontos apontados por quem defendia as novas práticas agrícolas eram o aumento na produção de alimentos, o conseqüente incremento nos fluxos financeiros decorrente daquele, impactando a economia mundial e impulsionando investimentos, bem como a possibilidade de se combater a fome mundial. Entretanto, ainda segundo o autor, tornou-se evidente a inefetividade de tais inovações no combate a fome, fenômeno ainda presente e que vem se agravando com o passar dos anos. Conforme Navarro (2001), houve também a subordinação do meio rural a interesses econômicos em grande parte urbanos, o que acarretou um profundo desequilíbrio entre as relações sociais rurais.

Do ponto de vista ambiental, o cultivo de monoculturas implica em degradação excessiva do solo, de modo a esgotar os recursos naturais deste e torná-lo inutilizável (SANTOS et al., 2014). Além disso, ainda segundo a autora, a utilização excessiva de agrotóxicos é um risco para a saúde e para o meio ambiente, contaminando rios, lagos e o próprio ar.

Do ponto de vista social, o tema é igualmente preocupante. Segundo Santos et al. (2014), a alta dependência trazida pela estrutura de produção e comercialização de alimentos provocada pela Revolução Verde trouxe inúmeros impactos negativos para a comunidade rural. Ainda segundo a autora, a alta dependência por sementes e produtos químicos advindos

de multinacionais e empresas industriais diminuíram a margem já apertada dos pequenos produtores, não efetivando, desta forma, a transferência de renda à comunidade rural, a qual permanece a margem do desenvolvimento. Desta forma, este fenômeno de novas práticas teve relação direta com o avanço do êxodo rural, intensificado a partir da segunda metade do século XX, desequilibrando a estrutura populacional até então estabelecidas no Brasil.

Segundo Castellano (2015), foi a partir da década de 1980 que se intensificaram as discussões a respeito de estratégias alternativas no meio rural não enfocadas apenas pela questão econômica, mas sim considerando outras dimensões, como a social, cultural e ambiental, por exemplo. De acordo com Santos e Chalub-Martins (2012), surge, a partir de meados da década de 90, a agroecologia, com um olhar crítico e diferenciado do ponto de vista social, ambiental e cultural. Desta forma, conforme Meirelles (2004), desponta como uma alternativa aos problemas provocados pela chamada Revolução Verde. Assim, a produção agrícola, nesta acepção, é derivada do uso precípua de recursos que implicam no baixo impacto ambiental e limitado custo energético (Gliessman, 2005). Ainda segundo a autora, a agroecologia é, além do estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, um agente para mudanças sociais e ecológicas, podendo acarretar na condução da agricultura para bases verdadeiramente sustentáveis. Segundo Santos et al. (2014), é por meio de práticas agroecológicas que se tem o fim de permitir a permanência dos agricultores familiares no campo, através da exploração sustentável dos recursos naturais, com a valorização dos conhecimentos locais e através da maior independência destes agricultores na cadeia de valor de seus produtos.

Santos et al. (2014) diz ainda que a agricultura familiar preza pela diversificação dos produtos, além de utilizar-se do aproveitamento e da otimização de insumos, bem como da sua capacidade em impactar de maneira mais branda o ambiente, o que a torna assim mais sustentável do que a agricultura convencional. Ainda segundo os autores, o fato de o agricultor familiar ser o detentor dos meios de produção influencia na sua produção, que se dá em parte para subsistência e parte para comercialização.

Entretanto, o avanço da agricultura familiar a partir do uso das bases científicas de agroecologia encontra uma série de limitações (CARVALHO, 2004). Neste sentido, ainda conforme o autor, a utilização de mão-de-obra, a gestão financeira e operacional da produção bem como a distribuição dos alimentos são pontos críticos a serem considerados no

desempenho das atividades agrícolas. Assim, são vários os gargalos que impedem uma integração mais efetiva no âmbito da agricultura familiar. Ainda conforme Carvalho (2004), diversas são as iniciativas organizacionais que buscam otimizar fluxos operacionais, respeitar os atores envolvidos e prezar pela responsabilidade socioambiental. Entre estas, temos o Movimento Slow Food, o qual é apresentado a seguir, a partir das informações retiradas do próprio sítio oficial, na internet.

Fundado em 1986, na Itália, o Movimento Slow Food se tornou uma associação sem fins lucrativos em 1989. Segundo o documento oficial, desde então vem atuando mundialmente, tendo como princípios básicos o prazer da alimentação de qualidade, a partir de processos de produção que respeitem o meio ambiente e as pessoas incluídas no processo, isto é, as partes interessadas, como o pequeno produtor rural. Atualmente, o Movimento acontece no mundo todo, tendo representação nacional em todas as regiões do país. O Movimento Slow Food opõe-se à ideia de padronização e mecanização do alimento no mundo e defende a necessidade da consciência do consumidor na escolha do alimento, tornando-se de certa forma co-responsável.

Assim, o Movimento Slow Food entende que o alimento deve atender a três características: ser bom, limpo e justo. De acordo com o Manifesto Slow Food para a Qualidade (2007), o alimento bom é identificado pelo sabor e aroma do alimento, o qual é fruto das boas práticas do produtor, tais como a escolha de matéria-prima e os métodos de produção, os quais não devem de maneira alguma alterar a naturalidade do alimento.

O alimento limpo é caracterizado por suas práticas sustentáveis de agricultura, manejo animal, processamento, mercado e consumo; assim, torna-se necessário uma ampla gama de conhecimentos para se compreender todas as consequências de sua produção. Para que um alimento seja considerado limpo, torna-se necessário a proteção dos ecossistemas e a biodiversidade ao longo de cada uma das etapas da cadeia de produção, o que impacta também na saúde do consumidor e do produtor.

Por alimento justo, tem-se a justiça social que deve ser efetivamente perseguida na medida em que busca a criação de melhores condições de trabalho, mais respeitadas e dignas ao homem, de forma a possibilitar uma remuneração adequada pelo serviço prestado, através de práticas solidárias e de atuação em rede, respeitando a diversidade cultural e as tradições.

Além disso, vale destacar que entre os seus objetivos, o Movimento Slow Food busca a união entre produtores e coprodutores, auxiliando os atores envolvidos a se conhecerem e trabalharem de forma mais integrada. Conforme Gentile (2016), a proposta do Slow Food está efetivamente inserida no debate atual de repensar as formas de produção, distribuição e abastecimento de alimentos. Nesse contexto de aproximação entre agricultores e consumidores em torno de práticas alimentares propostas pelo Movimento Slow Food encontra-se o CSA – *Community Supported Agriculture* – ou Agricultura Apoiada pela Comunidade. Segundo Castelo Branco et al. (2011), a iniciativa alternativa já consagrada no continente europeu se dá de forma colaborativa. Assim, ainda segundo os autores, neste sistema o produtor oferece a sua futura produção aos potenciais consumidores, os quais subsidiarão o processo produtivo de forma a garantir a independência dos agricultores bem como as qualidades do alimento comercializado. De acordo com Lamb (1994), entre as grandes vantagens dessa alternativa, estão:

- O agricultor sabe as necessidades da comunidade antes de iniciar o seu trabalho na terra;
- Os consumidores têm a oportunidade de expressar aos agricultores as suas necessidades e seus limites financeiros;
- O compromisso consciente estabelecido entre as partes;
- As necessidades do agricultor são reconhecidas, o que os permite ter maior autonomia no abastecimento de alimentos para a comunidade.

Assim, diante desse contexto brevemente apresentado, a problemática proposta nesta pesquisa concentra-se em investigar quais são as principais práticas organizacionais presentes em um grupo de CSA, que estão em consonância com os princípios dos alimentos bons, limpos e justos, do Movimento Slow Food?

Desta forma, tem-se a oportunidade nesta pesquisa de investigar tais práticas organizacionais a partir da interdisciplinariedade existente entre a Agricultura Familiar, a Agroecologia, a Economia Solidária, embasados no conceito de alimentos bons, limpos e justos do Movimento Slow Food e aplicados especificamente em uma iniciativa de CSA, o que agregará resultados inéditos na medida em que a iniciativa é igualmente inovadora.

1.1 OBJETIVOS

Neste tópico serão descritos os objetivos da pesquisa, os quais representarão a delimitação do alcance da investigação proposta pelo pesquisador. Subdivide-se em objetivo geral e objetivos específicos do trabalho.

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Levando em conta o problema central de pesquisa que caracteriza este trabalho, o objetivo central desta pesquisa é identificar e descrever as principais práticas organizacionais presentes no CSA, que estão em consonância com os princípios dos alimentos bons, limpos e justos, do Movimento Slow Food, a partir do estudo de caso em uma iniciativa implementada na região da Grande Florianópolis.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo geral foi subdividido em objetivos específicos, com o fito de orientar a elaboração do trabalho. São eles:

- a) Descrever uma iniciativa de CSA implementada na região da Grande Florianópolis
- b) Identificar algumas das práticas organizacionais dos campos da Agricultura Familiar, da Agroecologia e da Economia Solidária, alinhadas com os princípios dos alimentos bons, limpos e justos do Movimento Slow Food.
- c) Caracterizar as principais práticas organizacionais identificadas em um grupo de CSA, de acordo com o quadro proposto.

1.2 JUSTIFICATIVA

A realização deste trabalho tem sua importância justificada por se propor a contribuir com dois movimentos da sociedade civil no Brasil, que são a Agricultura Familiar e o Movimento Slow Food, o que contribui para o debate a respeito das formas relação de consumo praticadas entre as partes, com o objetivo de permitir uma maior distribuição de renda em sentido do produtor rural e das pequenas iniciativas, além de contribuir também para a maior penetração destes em mercados consumidores. Além disso, a exploração do tema pelo viés organizacional irá permitir novas pesquisas relacionadas ao tema.

Do ponto de vista prático, o trabalho se mostra viável, na medida em que o projeto de extensão Movimento Slow Food Brasil é coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como coordenador geral o professor Dr. Renê Birochi, orientador da pesquisa. Assim, entende-se que, apesar de o escopo do projeto Slow Food Brasil ser de âmbito nacional, todo o apoio e acesso à documentação relativa ao projeto será fornecida, facilitando assim a investigação inicial para a propositura de alternativas.

Do ponto de vista teórico, o tema é relevante e se mostra atual, sendo o presente trabalho embasado a partir do tema da economia solidária, a qual tem ganhando cada vez mais espaço em âmbito mundial e principalmente no meio acadêmico. Além disso, não foram encontrados outros trabalhos na área sob a perspectiva do Movimento Slow Food e o *Community Supported Agriculture* – CSA. Desta forma, espera-se que a contribuição desta pesquisa incentive outras pessoas a estudar sobre este assunto, relevante em nossos dias atuais.

Por fim, ressalta-se a importância social do tema, visto que a alimentação constitui-se numa atividade diária responsável pelo fornecimento de nutrientes necessários à vida humana. Assim, uma melhor equalização no modo de produção e processamento de alimentos implica em transformações do ponto de vista social, econômico e até mesmo cultural.

2 FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste tópico será desenvolvida a fundamentação teórica referente à pesquisa. Assim, este apresenta-se em sub-tópicos, os quais facilitarão a sistematização e compreensão do assunto.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Abramovay (1994), a utilização da expressão agricultura familiar no Brasil é relativamente nova, ganhando destaque na década de 1990. Segundo o autor, os documentos oficiais utilizavam a expressão de modo indiscriminado e com sentido ligado à agricultura de subsistência e de baixa renda.

De acordo com Souza (2011), a agricultura familiar ganhou força entre as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, principalmente devido aos impactos negativos advindos da chamada “Revolução Verde”. Ainda segundo o autor, a degradação ambiental, concentração de renda e aumento do desemprego rural, bem como a alta dependência tecnológica foram fatores que levaram à rejeição da proposta então consagrada por parte dos pequenos produtores agrícolas, o que retomou a discussão a respeito de alternativas produtivas capazes de reequilibrar as relações envolvidas para um novo processo sustentável e solidário.

Wanderley (2009) compreende a agricultura familiar como aquela em que os meios de produção e a força de trabalho coincidem na figura da família, a qual passa a deter maior autonomia sobre a produção. De acordo com Santos (2014), são características desta a diversificação de produtos, baixo custo, redução de impactos ambientais se comparada à agricultura convencional, além da otimização dos insumos. Ainda segundo o autor, o fato de a família ser a detentora dos meios de produção possibilita a produção dualista, orientada para o mercado e para a subsistência.

Conforme explica Mesquita (2014), isso faz com que os trabalhos sejam realizados entre cada um dos membros da família, em atividades que são segmentadas de acordo com suas especificidades para serem adequadas à idade ou ao sexo do membro.

De acordo com Carneiro (1999), atualmente o agricultor familiar está vinculado de alguma forma ao mercado, visto que certa parcela de sua produção é comercializada.

Entretanto, ainda conforme a autora, não se deve analisar a efetividade da agricultura familiar a partir deste vínculo com o capital, “a não ser em termos relacionais onde a natureza do vínculo com o mercado pode oferecer informações no que diz respeito à atividade agrícola”.

Desta forma, segundo Estevam, Salvaro e Busarello (2016), “a agricultura familiar está integrada ao mercado, mas não perdeu sua característica de trabalho familiar, sendo importante do ponto de vista social e econômico.”.

Mais especificamente no caso brasileiro, tem-se como marco relativo ao tema o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual foi criado em 1994 e se apresenta como uma política pública desenvolvida para a promoção da capacidade de produção de populações menos desenvolvidas economicamente (Abramovay e Piketty, 2005). Para Grisa (2012), foi apenas neste momento em que os agricultores familiares rurais puderam usufruir de um programa estatal que realmente os fosse benéfico. Até aquele momento, a agricultura familiar havia sido deixada em segundo plano no Brasil, apesar de produzir a maior parcela da alimentação da população nacional. (MEDEIROS; LEITE, 1999).

Conforme Picolotto (2011), pode-se perceber que o Pronaf coordena uma série de ações governamentais e foi resultado de um longo processo de luta pelos agricultores familiares através de suas organizações representativas. Sua construção abrangeu também diversos debates acerca da própria representação da categoria social, bem como auxiliou a solidificar e remodelar as identidades sociais (Grisa, 2012)

O caso brasileiro citado vai ao encontro das ideias de Souza (2011), ao elaborar o raciocínio de que a agricultura familiar nacional precisa de alternativas para se desenvolver, que auxiliem no incremento dos níveis de renda e emprego, bem como de preservação ambiental. Assim, para o referido autor, estas técnicas devem ser adequadas à capacidade e às necessidades do agricultor familiar. Nesta linha, o próprio autor apresenta a agroecologia como uma técnica alternativa de combate aos problemas enfrentados pelo agricultor familiar, a qual será apresentada no tópico a seguir.

2.1.2 AGROECOLOGIA

Segundo Altieri (1989), a agroecologia estuda os diversos agrossistemas, de forma a integrar diversos conhecimentos, tais como ecologia, economia, agronomia e sociologia. De

encontro com as ideias deste autor, Guzmán (2002) afirma que a agroecologia não pode ser considerada uma ciência, na medida em que incorpora o conhecimento tradicional, que não é científico por conceito.

Nos trabalhos de Gliessman (2005), a agroecologia apresenta duas facetas. Se por um lado é uma ciência que estuda os processos econômicos e de agrossistemas, por outro se apresenta como um agente de mudanças e tem a finalidade de readequar a agricultura para que apresente uma base verdadeiramente sustentável. Vale destacar a colocação de Ramos (2016) ao notar a crítica inerente ao conceito da ciência frente as práticas tradicionais da agronomia capitalista, “especialmente quanto à sua compartimentalização e hierarquização dos saberes”.

Ao encontro das ideias supracitadas, Caporal e Costabeber (2002) indicam o caráter menos agressivo da agroecologia ao meio ambiente, o que demonstra o caráter complementar que a ciência pode exercer no campo da agricultura familiar. Neste sentido, Souza (2011) argumenta que sua aplicabilidade deve estar alinhada à capacidade de solucionar problemas a respeito da produção, reprodução social e preservação ambiental de forma sustentável e equilibrada. Conforme Aquino e Assis (2007), as práticas sustentáveis se dão através de sistemas que buscam maximizar a reutilização de energia e nutrientes, como forma de evitar o desperdício destes recursos durante o processo de trabalho na terra.

Para Ramos (2016), “a agroecologia enquanto proposta de sustentabilidade se localiza na intersecção de objetivos econômicos, ambientais e sociais”. Segundo Lima Dourado (2013), pode-se considerar a agroecologia como um novo paradigma que se orienta no sentido de valorizar a sociodiversidade e os saberes-fazer, tendo como aspecto marcante a ausência de agroquímicos. Ainda segundo o autor, estes são fatores que por si só já tornam a ciência relevante e atual, com o fito de alcançar uma melhor distribuição de terra e renda advindas da atividade agroalimentar.

Ainda segundo Ramos (2016), é interessante destacar a ideia de que a agroecologia não se trata meramente de um modo de produção agrícola, tendo como eixo central o suporte para a identificação e implementação de projetos alternativos, de forma a harmonizar interesses entre agricultores e consumidores, otimizando a distribuição dos produtos, distribuindo a renda de forma mais equitativa e impactando de forma mais branda o ambiente.

Neste sentido, segundo Nodari e Guerra (2015), a agroecologia se apresenta como um dos sistemas mais sustentáveis e tem por fim resgatar a autonomia dos agricultores rurais, o que os permite conservar a agrobiodiversidade através de práticas inovadoras, atualmente reconhecidas pela comunidade científica e pelos detentores de poder.

De acordo com Viegas (2016), a agroecologia possui alguns princípios. Desta forma, segundo o autor, em âmbito produtivo, as práticas agroecológicas se sustentam na produção diversificada de forma a minizar impactos ao ambiente.

Ainda segundo Viegas, o outro princípio em que se alicerça a agroecologia é a da autonomia nos processos comerciais, o que implica em uma maior independência por parte do agricultor na sua autodeterminação. Santos (2014) complementa as ideias do autor sugerindo que as práticas agroecológicas procuram garantir a permanência dos agricultores familiares no campo, de forma a harmonizar as relações entre os diferentes ambientes e atores envolvidos.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Conforme Gaiger (2008):

Desde os tempos remotos, as sociedades conheceram regimes econômicos dotados de princípios de valor e de regras sancionadas como legítimas nas esferas não-econômicas, das quais provinha a racionalidade do sistema social e suas vias de reprodução

Entretanto, ainda segundo o autor, em certo ponto da história, todas as relações comerciais passaram a ser tratadas como se tivessem uma única alternativa de mercado, a lógica direta da rentabilidade. Ainda segundo o autor, a força exercida pelo capitalismo implicou em processos sucessivos de mistificação quanto à existência de outras possibilidades de organização e coordenação em sociedade, quanto à existência de outros valores e diretrizes de organizações não-mercantis e quanto à existência e pontos positivos de organizações distintas do modelo privado capitalista dominante.

Gaiger ainda destaca o fato de os valores e diretrizes de mercado serem sobrepostos às relações humanas tende ao enfraquecimento dos laços sociais. Como consequência, ainda segundo o autor, temos o desequilíbrio entre os espaços públicos, os quais poderiam ser utilizados para estimular a vida em sociedade.

Neste sentido, a economia solidária ganha destaque, visto que marca o ressurgimento do associativismo entre os trabalhadores (SINGER,2002). Assim, a economia solidária se harmoniza com as formas populares de economia, potencializando-as enquanto reorganiza os diferentes fatores produtivos, seja material ou humano (GAIGER et. al., 1999).

Segundo Andion (2005), as organizações solidárias, isto é, organizações que aplicam a lógica da economia solidária, têm como objetivo comum a promoção do interesse geral. Desta forma, ainda segundo a autora, estas iniciativas têm como pano de fundo a ação aplicada no contexto da realidade de determinada comunidade.

De acordo com França Filho (2007), a economia solidária apresenta duas vocações que alicerçam as bases desta nova forma de associativismo, quais sejam: a vocação de combinar lógicas econômicas divergentes e a capacidade de construir a oferta e a demanda de produtos e serviços de forma correlata.

No que se refere à combinação de diferentes lógicas econômicas, França Filho (2007) segmenta a economia, entendida como produção e distribuição de riqueza, em três diferentes espécies:

- a) Economia mercantil: é aquela consagrada pela visão dominante do capitalismo, sendo caracterizada por trocas impessoais e equivalentes em termos financeiros, o que limita a relação interpessoal a uma relação puramente utilitária;
- b) Economia não-mercantil: caracterizada pela verticalização das relações, na medida em que o Estado se apropria dos recursos com o fito de redistribuí-los.
- c) Economia não-monetária: é aquela baseada no princípio da reciprocidade, marcada pela maior horizontalidade das relações.

Segundo França Filho (2007) a economia solidária pode ser entendida como uma convergência entre as três formas de economia supracitadas, o que possibilita um novo modo de se definir as trocas econômicas, a partir da harmonização entre diferentes lógicas. Ainda segundo o autor, para que tais lógicas sejam combinadas de forma eficaz, é imprescindível que se conheça a outra vocação da economia solidária que torna possível tal fenômeno.

Sendo assim, no que se refere a segunda vocação da economia solidária, a construção conjunta de oferta e demanda, temos, segundo França Filho (2007), a premissa de que as

iniciativas de natureza associativa envolvem pessoas que buscam solucionar problemas concretos, muitas vezes relacionados ao dia a dia daquele grupo. Sendo assim, ainda segundo o autor, as atividades relacionadas àquela atividades surgem de demandas previamente existentes, o que estimula as relações socioeconômicas da região em torno do problema em questão a partir de uma lógica de rede.

Entretanto, conforme adverte Gaiger (2008), apesar de os atores da economia solidária defenderem valores tais como igualdade e justiça, seria equívoco defender o altruísmo puro, capaz de sobrepor-se aos interesses utilitários. Isto se dá, ainda segundo o autor, devido ao fato de as relações sociais serem naturalmente híbridas, isto é, dotadas de variadas facetas, as quais se harmonizam em torno das ações. Desta forma, para Gaiger (2008), a economia solidária reflete outros princípios da vida, o que torna possível a existência de condutas racionais. Assim, ao encontro das ideias do autor, Andion (2005) ressalta em seus estudos que o exercício da comunicação entre os atores organizacionais da economia solidária é processo chave na coordenação, pois é ele que gera a integração ente os diferentes indivíduos. Ainda de acordo com Andion (2005), a proximidade entre os atores envolvidos e a reciprocidade das relações permite um maior engajamento entre as partes, além de possibilitar uma definição conjunta de preço e qualidade, redefinindo assim as relações comerciais ali estabelecidas, implicando em laços sociais mais estreitos se comparados à lógica mercantil utilitarista.

Neste sentido, para a autora, as diferentes lógicas econômicas devem ser redistribuídas com o objetivo precípuo de equilibrar os processos organizacionais de modo a garantir a reciprocidade, eficiência e perenidade da organização.

2.3 CSA – *COMMUNITY SUPPORTED AGRICULTURE*

De acordo com Hitchman (2015), a CSA – ou Agricultura Sustentada pela Comunidade – é um movimento que busca implementar um sistema alternativo de relações comerciais entre os agricultores e os consumidores, de forma a proporcionar relações mais justas, renda real para os produtores e alimentos mais saudáveis aos consumidores. Assim, é possível um maior controle pelas partes de forma a alavancar a confiança dos envolvidos. Já Lamb (1994) conceitua a CSA como sendo uma comunidade organizada em torno da produção alimentar, envolvendo produtores e consumidores. O autor ainda destaca que esta

organização se dá de formas únicas, normalmente baseadas nas intenções das partes, tais como possibilidades de investimento dos produtores e desejos dos consumidores.

Estes conceitos vão ao encontro das ideias expostas por Castelo Branco et. Al (2011). Para a autora, a Comunidade apoiada pela comunidade é basicamente um acordo entre as partes (consumidores e agricultores), em que as cestas de hortaliças são negociadas previamente ao cultivo, com data pré-definida para a entrega dos produtos. Importante ressaltar as ideias de Cooley e Lass (1998), para quem esta negociação prévia garantiria a possibilidade dos produtores em manter a sua produção sem acesso a algum fundo de crédito bancário, o que propicia maior autonomia ao produtor.

Para Hitchman (2015), os consumidores se comprometem, por meio deste sistema, a comprar seus alimentos com regularidade e por um determinado período de tempo mínimo. Isto implica no compartilhamento de riscos e benefícios entre as partes, o que garante maior autonomia ao produtor, ao mesmo tempo em que permite preços mais acessíveis e alimentos mais saudáveis aos consumidores finais. Lamb (1994) resalta que o fato de os consumidores informarem suas necessidades aos produtores está atrelada ao compromisso de regularidade no apoio a estes agricultores. Assim, para o autor, esta troca recíproca, além de beneficiar as duas partes, permite o desenvolvimento de uma nova relação em torno da agricultura, envolvendo diversos processos, desde o plantio até a entrega ao consumidor.

Conforme Hitchman (2015), o pagamento costuma ser feito de forma antecipada, apesar de não existir uma regra, o que permite certa flexibilidade nas relações estabelecidas por este modelo. Já o sistema de distribuição, ainda segundo o autor, também não segue um padrão fixo e é diferente de CSA para CSA. Segundo a autora, em alguns casos as caixas com os alimentos são preparadas no próprio estabelecimento e distribuídas entre os diversos pontos de coleta da cidade. Alternativamente, os consumidores podem se envolver ainda mais no processo, ajudando a embalar e até mesmo distribuir os alimentos. Esta iniciativa é orientada pelo conceito de alimento bom, limpo e justo do Movimento Slow Food, o qual é apresentado na seção a seguir.

2.4 MOVIMENTO SLOW FOOD

Neste tópico serão apresentadas as origens do Movimento Slow Food a partir da contextualização da época às ideias originárias que deram nascimento ao movimento, em um breve relato, seguido pelos princípios do Movimento.. Segundo Gentile (2016), as origens do movimento se deram na Itália, entre o final da década de 1960 e a durante a seguinte. Já

segundo Castellano (2015), foi do reconhecimento e da valorização da função das áreas rurais na preservação dos patrimônios materiais e intangíveis do campo que surgiram movimentos como o Slow Food, os quais primavam pela valorização dos saberes e fazeres daquela comunidade.

Ainda segundo Gentile (2016), a “proliferação dos movimentos e grupos militantes” implicou na mudança de pensamentos de cunho político e social, a qual contribuiu diretamente para a ideia concebida por três jovens amigos que futuramente se tornaria o Movimento Slow Food.

Segundo Nascimento (2014), o intuito do Slow Food de “recuperar o prazer e o sentido comunitário” se deu em um contexto histórico onde estes novos movimentos sociais primavam pela recuperação das práticas associativistas. Tais ideias encontram eco nas palavras de Vasconcelos (2010), segundo o qual o Movimento Slow Food emerge como reação aos efeitos padronizantes da vida veloz, do desaparecimento das tradições e das diversidades, da diminuição do interesse pela alimentação saudável e dos impactos ambientais negativos advindos das abordagens praticadas até então.

De acordo com Gentile (2016), a catástrofe de Piemonte, quando 19 pessoas morreram por consumir vinho contaminado, marcou um decisivo marco nas diretrizes que orientariam o Slow Food. Com isto, começou-se a discutir a viabilidade de se elevar os níveis de qualidade alimentar, ao mesmo tempo em que comunica e garante tais atributos aos clientes.

De acordo com Gentile (2016), foi no ano de 1987 que o Manifesto Slow Food foi publicado. Assim, para a referida autora, o manifesto ia de encontro aos valores propagados de “vida veloz”, ao mesmo tempo em que consagrava a vida natural, baseada em valores e na sabedoria.

Conforme Gentile (2016) o movimento foi oficialmente lançado em Paris, em dezembro de 1989, com atores de 15 diferentes países. Surgia nesta data um movimento em rede, internacional e de caráter social, responsável por diversas iniciativas e projetos que serão melhor detalhados nos tópicos seguintes.

Também vale destacar a passagem de Oliveira (2013), ao ressaltar a busca do Movimento Slow Food por “inúmeros parceiros qualificados”. Assim, segundo o autor, apenas os atores devidamente certificados participarão da comunidade.

2.4.1 OS PRINCÍPIOS DO ALIMENTO BOM, LIMPO E JUSTO

A defesa pelo alimento bom, limpo e justo está descrita no Manifesto Slow Food. De acordo com Gentile (2016), o conceito sistêmico de bom, limpo e justo é fruto do entendimento dos processos ambientais e políticos decorrentes da alimentação. Além disso, também defende a preservação dos hábitos tradicionais, em uma tentativa de manter ao longo da história esses variados conhecimentos, os quais são expressos nestes métodos. (Oliveira, 2013)

Assim, para Gentile (2016), a alimentação saudável, de qualidade e universal, bem como a defesa das diversidades biológicas e culturais caracterizam o alimento bom. Já para o fundador do movimento, Carlo Petrini (2009 apud Oliveira, 2014) são dois os fatores subjetivos atrelados a esta característica: o saber cultural relativo a cada comunidade e seus conhecimentos e o saber sensorial, relativo às preferências individuais.

O alimento limpo, segundo Gentile, dá-se com a promoção da produção ecologicamente correta e que respeite o equilíbrio natural entre ambiente, homem e recursos. Ao encontro das ideias da autora, Petrini (2009 apud Oliveira, 2014) ressalta o caráter conceitual mais objetivo do alimento limpo. Para o referido autor, o alimento é considerado limpo ao não poluir e não desperdiçar recursos minerais em seu processo produtivo. Por fim, o alimento justo é caracterizado pelo respeito ao trabalhador e seu conhecimento empírico, através da promoção do comércio justo em âmbito local (Gentile, 2016), o que converge com o conceito de Petrini (2009 apud Oliveira, 2014) ao relacioná-lo à justiça social, justa recompensa e respeito ao trabalhador e seus saberes.

2.5 QUADRO CONCEITUAL

Nesta seção, será elaborada uma tabela com o objetivo de sintetizar as principais práticas organizacionais identificadas a partir do marco teórico construído para a pesquisa. Assim, encontram-se reordenadas as práticas de forma a organizar o referencial teórico que irá surgir como “lente” da pesquisa empírica, orientando a análise a ser realizada no estudo de caso.

Quadro 1. Quadro de Práticas Organizacionais

Campo do Conhecimento	Práticas	Principais Autores	Descrição	Conceito
Agricultura Familiar	- Família é detentora dos meios de produção	- Santos (2014) - Santos (2014) - Mesquita (2014)	- Possibilita a diversificação de produtos - Possibilita a produção dualista (comercialização e subsistência) - Possibilita a divisão do trabalho de acordo com as especificidades da tarefa e dos membros da família	Autonomia
Agroecologia	- Valorização da Sociodiversidade / Produção Diversificada	- Lima Dourado (2013) - Nodari e Guerra (2015)	- Ausência de Agroquímicos - Produção diversificada como forma de minimizar os impactos no ambiente	Sociodiversidade
	- Autonomia dos Processos Comerciais	- Viegas (2016)	- Permite uma maior independência por parte do agricultor na determinação da forma de comercialização	Flexibilidade
Economia Solidária	- Construção da oferta e da demanda de forma conjunta - Maior reciprocidade nas relações sociais se comparada à lógica mercantil utilitarista	- França Filho (2007) - Andion (2005)	- Permite que o papel entre produtores e consumidores sejam alterados / reaproximados. - Permite o desenvolvimento de laços sociais mais estreitos entre os envolvidos	Proximidade

Fonte: Adaptação do autor.

3 METODOLOGIA

A delimitação da metodologia utilizada na pesquisa é imprescindível ao bom andamento desta. Assim, Deslandes (1995) compreende a metodologia como um continuum do método de pensamento e a correspondente prática, a partir da abordagem selecionada. Desta forma, percebe-se este tópico como a estratégia a ser implementada para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Primeiramente, tem-se a questão de pesquisa, a qual é expressa pela seguinte questão:

Quais são as principais práticas organizacionais presentes em um grupo de CSA, que estão em consonância com os princípios dos alimentos bons, limpos e justos, do Movimento Slow Food?

Para respondê-la, esta pesquisa foi subdividida em três diferentes etapas investigativas, sendo uma complementar a outra. Desta forma, em um primeiro momento, procurou-se obter depoimentos de participantes de um grupo de CSA, com o objetivo de compreender de que forma as relações comerciais e sociais aconteciam naquela comunidade. Posteriormente, procurou-se compreender de forma mais abrangente a iniciativa de CSA, através do diretor-executivo do CSA no Brasil, o qual enriqueceu a análise do caso empírico. Por fim, foram entrevistados os agricultores da iniciativa implementada na Grande Florianópolis, permitindo a identificação das principais práticas organizacionais presentes no grupo, sempre tendo em vista as relações sociais dos membros envolvidos.

Esta monografia possui natureza aplicada, na medida em que busca a aplicação dos conhecimentos advindos desta pesquisa na realidade organizacional analisada. Para tanto, optou-se pela estratégia do estudo de caso, devido a complexidade das relações estudadas: Economia solidária. Ainda, a escolha por este método deu-se em virtude da maior flexibilidade permitida pela ferramenta ao longo de todo o processo de pesquisa de campo, o que vai ao encontro dos objetivos desta pesquisa. De acordo com César (2005), o método do estudo de caso alinha-se à abordagem qualitativa e é utilizado, em regra, para a coleta de dados em determinada área organizacional, para posterior análise. Ainda, é interessante notar o fato da iniciativa ser singular, o que se harmoniza ainda mais com a escolha de tal estratégia (Eisenhardt, 1989)

A abordagem deste trabalho será qualitativa, pois tem como objetivo a identificação e descrição das principais práticas organizacionais presentes em um grupo de CSA, a partir da construção de um quadro teórico, o qual servirá de lente para uma melhor análise do caso empírico, o que encontra eco nas palavras de Kerlinger (2003), ao indicar que a pesquisa qualitativa tem como objetivo precípua o entendimento de um fato, além de lidar de forma direta com os atores envolvidos e com o conhecimento cognitivo que permeia este fenômeno. Ainda, Birochi (2015) afirma ser a pesquisa qualitativa um processo contínuo e iterativo de interpretação e ponderações, o que permite um maior aprofundamento sobre o tema estudado.

Segundo Ventura (2007), a pesquisa descritiva tem como característica essencial o estudo de determinados aspectos para serem posteriormente analisados, através da busca por questionamentos com o fito de se esclarecer de forma precisa determinada realidade. Ao encontro das ideias supracitadas, Birochi (2015) indica a finalidade principal da pesquisa descritiva, qual seja: retratar de forma fidedigna as características de determinado fenômeno. Desta forma, pode-se compreender esta pesquisa como descritiva e de método dedutivo, na medida em que parte de premissas, isto é, de uma base teórica, para se apresentar através desta novos conhecimentos aplicados a determinado fenômeno.

Por fim, no que se refere aos procedimentos ou técnicas utilizadas na pesquisa, pode-se destacar a pesquisa bibliográfica, desenvolvida na etapa de fundamentação teórica, bem como o levantamento de campo, realizado por meio de entrevistas, análise documental e a observação não participante. Estes procedimentos foram escolhidos tendo em vista a necessidade de maior flexibilidade para o manuseio de informações, na medida em que os atores envolvidos são variados e as relações em alguns momentos, conflitantes.

Para a realização da pesquisa empírica, foram realizadas três etapas cronológicas em diferentes dias, no mês de outubro de 2016. Em um primeiro momento, houve a participação em um encontro para a partilha dos alimentos das cestas da iniciativa de CSA implementada na região da Grande Florianópolis, o que permitiu formar uma primeira visão do contexto em que as relações ocorriam, bem como investigar práticas de difícil percepção através de entrevistas, tornando ainda mais importante este primeiro momento de observação para a compreensão do objeto a ser estudado. Ainda neste primeiro momento, foram entrevistados cinco coprodutores participantes deste grupo através de uma entrevista semi-estruturada, o que possibilitou uma compreensão ainda mais profunda acerca dos princípios e das diretrizes do grupo.

A segunda etapa ocorreu através de uma entrevista via Skype com o diretor-executivo do CSA Brasil, responsável pela disseminação dos princípios desta nova iniciativa e referência no assunto no Brasil. Assim, através de uma entrevista semi-estruturada, foi possível entender de modo mais amplo as delimitações do objeto estudado, além de fornecer novas informações até então desconhecidas, que enriqueceram a análise e complementaram outras evidências.

Na etapa final houve um encontro entre os participantes da nova iniciativa de CSA na região da Grande Florianópolis, o que permitiu estreitar as relações com os envolvidos e obter maior riqueza de detalhes nas práticas envolvidas para a análise do objeto. Além disso, foi possível entrevistar os agricultores donos dos organismos agrícolas, bem como identificar a partir destas outras práticas organizacionais presentes no grupo.

Ao final do estudo do caso empírico, observou-se uma estreita relação entre as práticas organizacionais reorganizados no quadro teórico da seção 2.5 e as principais práticas organizacionais inerentes a esta iniciativa estudada. Assim, acredita-se que a presente pesquisa permite o aprofundamento da compreensão a respeito do tema, bem como pode ser compreendida como ferramenta para futuras novas investigações.

Conforme apresenta Lamb (1994), o CSA – *Community Sustainable Agriculture* – é uma comunidade organizada em torno da produção de alimentos, envolvendo produtores e consumidores – ou coprodutores – segundo este novo conceito. Assim, esta abordagem busca implementar um sistema diferente de relações comerciais e até mesmo sociais entre os participantes do grupo (HITCHMAN, 2015).

Ainda segundo Hitchman (2015), por meio desta comunidade os coprodutores se comprometem a comprar alimentos com certa regularidade e por um determinado prazo mínimo, de forma a possibilitar o efetivo financiamento do cultivo dos alimentos. Lamb (1994) complementa as ideias acima citadas relacionando-a ao fato de os coprodutores informarem suas necessidades aos agricultores, de forma que as tomadas de decisão dentro deste grupo são tomadas em conjunto entre os envolvidos. Assim, pelo fato de os processos e as decisões serem escolhidas com base em reciprocidade e participação ativa dos envolvidos, a variedade de práticas de CSA para CSA é bastante relevante (HITCHMAN, 2015).

A escolha do estudo de caso também se deu devido a possibilidade de se entrevistar

pessoas envolvidas em uma nova iniciativa de CSA na região da Grande Florianópolis, sendo a primeira abordagem sob a perspectiva do CSA no Estado de Santa Catarina. Assim, pode-se afirmar que o critério geográfico foi um fator relevante na escolha da iniciativa a ser estudada. Ainda, a possibilidade de se entrevistar um dos precursores desta nova abordagem no Brasil, Wagner Santos, permitiu uma visão mais abrangente deste novo conceito sob a perspectiva das principais práticas organizacionais, enriquecendo a análise do caso empírico.

As entrevistas se deram em três momentos. Primeiramente, no dia 25/10, foram entrevistados 5 coprodutores do grupo de CSA da nova iniciativa implementada em Florianópolis. O objetivo desta etapa foi entender a percepção dos coagricultores acerca de diferentes aspectos da iniciativa do CSA, o que corroborou a análise da entrevista realizada em momento posterior. Neste segundo momento, no dia 27/10, foi entrevistado o Wagner Santos, um dos responsáveis pela difusão da iniciativa no Brasil. Assim, procurou-se identificar algumas das principais práticas organizacionais, conforme conceitos reorganizados no quadro teórico da seção 2.5. Por fim, durante reunião ocorrida no dia 30/10, com o objetivo de socializar os participantes deste novo grupo de CSA e reuni-los para deliberações, foi possível conhecer o Vitor e a Tânea, os agricultores responsáveis pela iniciativa na região da Grande Florianópolis, o que permitiu delinear de forma ainda mais precisa as principais práticas organizacionais presentes neste ambiente.

Segue abaixo tabela de identificação dos coprodutores entrevistados, os quais serão identificados ao longo da análise por ordem numérica, tendo em vista o protocolo de ética firmado entre os entrevistados e o pesquisador, como consta no apêndice A:

Tabela 2. Tabela de Coprodutores Entrevistados

Tabela de Coprodutores Entrevistados			
Entrevistado	Ocupação/Profissão	Nível de Escolaridade	Renda Familiar
1	Professor Universitário	Superior Completo	R\$5000 – R\$10000
2	Nutricionista	Superior Completo	R\$5000 – R\$10000
3	Autônoma	2º Grau Completo	R\$5000 – R\$10000
4	Nutricionista	Superior Completo	até R\$5000
5	Nutricionista	Superior Completo	até R\$5000

Fonte: O autor.

Neste ponto, torna-se relevante destacar o conceito de coprodutores utilizado na pesquisa. De acordo com Lusch, Brown e Brunswick (1992), a coprodução de um cliente é entendido como o conjunto de vias intermediárias que se situam entre os dois extremos de um continuum: a compra sem nenhuma participação do cliente e a produção direta em casa. Assim, coprodutores seriam aqueles consumidores que participam de alguma forma do processo de produção, se situando em diferentes faixas desta gradação.

Percebe-se certa similaridade no que se refere à ocupação dos entrevistados. Ao longo do estudo de campo, foi identificado o motivo de tal: o grupo de CSA estudado foi configurado e pensado em um grupo de pós-graduandos em nutrição. Foi a partir destas discussões que o debate se intensificou no sentido de desenvolver uma alternativa às formas de comercialização desenvolvidas entre aquelas pessoas até então. Assim, percebe-se maior incidência de entrevistas com tais profissionais.

Além disso, foi realizada uma breve descrição do entrevistado especialista, Wagner Santos, o que trará maior credibilidade e riqueza de informações à análise empírica, além de permitir uma visão mais sistêmica desta nova iniciativa.

O entrevistado Wagner Santos é diretor-executivo do CSA Brasil, sendo responsável pela exposição desta iniciativa por meio de palestras, reuniões e eventos. Também é o responsável pela coordenação e implementação de iniciativas, como a de Bauru, no Estado de São Paulo. Desta forma, o entrevistado atua assessorando as iniciativas, bem como disseminando os princípios e formas de organização para novos interessados.

4 RESULTADOS

Em um primeiro momento, torna-se relevante destacar que a análise do caso empírico é orientada pelo Apêndice C Guia de Entrevistas – Modelo B. Assim, os conceitos sintetizados no quadro teórico foram utilizados como pilares do roteiro da entrevista e serão analisados, na medida do possível, de forma sequencial. Ressalta-se, entretanto, que a relação estreita entre os conceitos acaba por tornar necessária uma análise não linear, o que enriquecerá a análise do caso empírico. Além disso, é oportuno delimitar o conceito de autonomia, visto seu vasto conhecimento e discussão inerente ao termo. Assim, conforme os trabalhos de Tonett (2014), o termo tende a ser trazido em pesquisas ora sendo empregada em um contexto liberal, a partir de possibilidades pré-definidas orientadas para o mercado, ora no sentido de autogestão, sob o ponto de vista de gestão compartilhada entre os membros do grupo. Neste sentido, o conceito de autonomia empregado nesta pesquisa se alinha à segunda alternativa acima exposta.

Entretanto, antes de iniciar a análise de acordo com o Modelo B supracitado, torna-se importante revelar os anseios e desejos que fizeram com que o Vitor e a Tânea se tornassem agricultores e escolhessem especificamente esta formato de atividade, que é o CSA. Segundo a Tânea:

“Optamos pela agroecologia por uma questão de princípios ambientais e sociais, além do anseio pessoal de trabalhar e viver no campo. Optamos pela comercialização em formato de cesta pela intenção de aproximar os consumidores da agricultura, do agricultor, dos tempos da natureza. Como é uma ponta de comunicação direta entre agricultor e consumidor, existe a possibilidade de ser, além de um projeto de produção, também um projeto de educação.”

Assim, percebe-se através do discurso a intenção de reorganizar a relação entre os envolvidos, de aproximar os atores e de ser um agente de regeneração na comunidade. Ainda, pode-se apontar os anseios pessoais como o de viver e trabalhar no campo.

O grupo teve suas primeiras discussões em um grupo de pós-graduação da UFSC em nutrição, quando estudantes avaliavam a viabilidade, bem como todos os fatores inerentes à tal escolha. Aliado a isso, o fato de a Tânea e o Vitor já pensarem em remodelar sua atividade, a qual funcionava através de “cestas”, entregues periodicamente na casa dos consumidores, fez com que a ideia ganhasse impulso e pudesse ser gradativamente implementada no sentido

de uma divisão de riqueza e de produção mais justa.

A partir da compreensão das motivações da Tãnea e do Vitor para o desenvolvimento do projeto, pode-se passar à entrevista do especialista Wagner Santos, o qual forneceu diversas informações que se tornaram chave na construção da análise. Em um primeiro momento da entrevista com Wagner, tentou-se compreender de que forma se dá a diversificação de produtos, no que se refere à produção de alimentos, bem como o efeito da sazonalidade na produção dos mesmos e a reação dos coprodutores frente a essa sazonalidade. Assim, buscou-se identificar indícios que forneçam evidências sobre graus de autonomia dentro do grupo de CSA. Segundo Wagner Santos, a capacidade do organismo agrícola é sempre levada em consideração. Conforme o especialista, organismo agrícola é um local físico (sítio, chacará, fazenda) no qual um agricultor ou grupo de agricultores cultivam e trabalham a terra. Ainda, outro fator relevante na diversificação de produtos varia de acordo com cada organismo, inclusive de acordo com seus conhecimentos e as condições do local para o cultivo.

No que se refere à sazonalidade, o diretor-executivo indicou um dos princípios do CSA de se produzir alimentos da estação, produtos de época, de forma a trabalhar a aceitação dos coprodutores quanto aos alimentos produzidos. Uma passagem interessante da entrevista que destaca bem este ponto é transcrita a seguir:

“(...) buscamos trabalhar esta aceitação dos produtos de época, a gente mudar um pouco essa cultura de escolher aquilo que a gente quer comer. Na verdade a Terra é sábia e ela nos diz aquilo que nós devemos comer em uma determinada época. Nós desaprendemos isso durante este ciclo de mercado ou até capitalista que se instaurou. Então, o ideal é que a gente faça um resgate da leitura, assim como o agricultor faz até hoje, de comer aquilo que a terra está “dando” naquele momento (...)”

Interessante notar que a possibilidade de diversificação de produtos se dá devido ao fato de a família ser detentora dos meios de produção (Santos, 2014). Além disso, a própria percepção dos coprodutores envolvidos no grupo de CSA permite esta maior flexibilidade na produção, o que permite a diversificação de alimentos bem como diferentes experiências gastronômicas por parte dos envolvidos, o que é explicitado no discurso do entrevistado n^o 4 :

“(...) com a diferença de que aqui é sempre uma grande surpresa... eu acho isso o

máximo! Eu adoro isso. Acordar terça de manhã sem saber o que eu vou pegar e o que eu vou ter que consumir ao longo da semana, eu acho isso muito legal (...) isso para mim é o mais interessante. Eu realmente fico ansiosa na terça de manhã porque eu não sei o que eu vou consumir esta semana, e eu sei que vou consumir o que a terra deu, e eu vou ter que aprender, e eu já aprendi muita coisa aqui, coisas que eu não tinha o hábito de comer que eu aprendi, porque veio.” (Resposta à pergunta de como o entrevistado percebe a diversificação de alimentos na cesta do grupo). Estes relatos vão ao encontro do que Wagner Santos relata, ao indicar que os princípios tendem a orientar de forma mais intensa as relações que permeiam o grupo de CSA.

É possível perceber o conceito de proximidade de Andion (2005) estritamente relacionado ao conceito de autonomia, tendo a reciprocidade como ferramenta que fortalece os laços sociais e possibilita novas formas de organização social. Uma passagem do entrevistado nº 3 caracteriza bem o conceito, ao responder qual seria o maior motivador do entrevistado a participar de um grupo de CSA.

“ Além de receber os produtos, bons ,direto do produtor, essa relação que a gente tem com o produtor, essa proximidade.. Eu acho importante que a gente saiba da onde que vem o alimento e que possa também ter como ele uma relação de mais respeito, uma interação mais estreita com o que a gente come.”

Dando sequência à entrevista, perguntou-se a respeito da divisão da produção, divisão do trabalho entre os membros da família, participação de terceiros e determinação das formas de comercialização, com o mesmo fito de se perceber indícios que indiquem sinais de autonomia nestas relações. Assim, o especialista Wagner Santos ressalta que o objetivo do CSA é não haver comercialização fora do grupo. Desta forma, todo o alimento produzido no organismo agrícola é dividido entre o grupo e a própria família dos agricultores, para subsistência. Ainda, segundo o entrevistado, geralmente os agricultores iniciam cultivando alimentos para sua própria família, sendo o excedente redirecionado a grupos de coprodutores.

No que se refere à divisão do trabalho, foi indicada a grande variação que existe de um organismo agrícola para outro, sendo estas decisões tomadas pela família. No caso da iniciativa de CSA implementada pelo Vitor e a Tânea, ambos realizam todas as atividades. Entretanto, o Vitor tem como foco o trabalho que exija mais força, como preparação de

canteiros, realizar raleamento de canteiros, manutenção de canteiros e a própria colheita em si, enquanto a Tânea se dedica à limpeza dos canteiros, adubação e na relação com os coprodutores. Além disso, ambos participam da montagem das cestas e da entrega semanal no ponto de partilha. Neste sentido, percebe-se estreita relação entre a prática desta iniciativa e as ideias de Mesquita (2014), o qual argumenta ser a detenção dos meios de produção o grande possibilitador desta maior autonomia na gestão da divisão do trabalho.

Em seguida, perguntou-se a respeito da participação de terceiros que não sejam membros da família no organismo agrícola, bem como sua relação com atividade. De acordo com Wagner Santos, um dos princípios do CSA é que as pessoas que participem no cultivo do organismo agrícola sejam formalizadas. Inclusive, existem, segundo o entrevistado, organismos agrícolas com pessoas trabalhando com relação de trabalho celetista, o que garante os benefícios previdenciários e de certa forma, garante maior segurança aos participantes, de forma profissional. No caso da iniciativa na Grande Florianópolis, os dois agricultores que trabalham o organismo agrícola são formalizados como agricultores familiares, com inscrição estadual e nota de produtor rural.

No que se refere às formas de comercialização, foi destacado o vínculo mais estreito entre coprodutores e agricultores se comparado à lógica convencional, o que permite definir, desde a plantação até a entrega, como se dará cada uma das etapas. Assim, os processos são combinados entre os envolvidos. Assim, pode-se citar como exemplo a partilha de cestas realizada pela iniciativa da Tânea e do Vitor, conforme ilustra a imagem abaixo. O evento ocorre toda terça-feira em um colégio denominado Waldorf Anabá, ou Anabá, como é mais conhecido, localizado no bairro Itacorubi.

A escola disponibilizou um espaço para que as reuniões do grupo de CSA ocorressem em um terreno ao lado de onde fica instalada, visto que o colégio passa por processo de ampliação de sua estrutura física, tendo este espaço disponibilizado ainda em construção e não sendo utilizado para os alunos. Geralmente o Vitor entrega as caixas com os alimentos neste local por volta das sete horas da manhã e busca as caixas ao final. Neste período, os coprodutores realizam a partilha e realizam a divisão do que foi cultivado naquela semana no organismo agrícola, por meio de relações baseadas em confiança e reciprocidade. Neste ponto, percebe-se a estreita relação entre a prática propagada na teoria por Viegas (2016) e as práticas do caso empírico, tendo o agricultor maior autonomia para combinar outras formas de comercialização com os participantes do grupo. Assim, a partir de uma negociação conjunta é

que serão construídos os processos e as relações desta comunidade.

Figura 1. Partilha de Cestas



Fonte: O autor.

Uma passagem interessante da entrevista do Wagner Santos ilustra melhor o exemplo acima:

“ O princípio básico é a divisão da produção daquela semana entre os membros participantes. A ideia básica é assim: eu produzi 80kg de tomate nesta semana, foi o que eu consegui colher do meu organismo agrícola. Assim, eu vou levar estes 80kg até o ponto combinado, chamado de depósito ou ponto de convivência, dependendo do CSA, e disponibilizar aos participantes, informando a quantidade de alimentos a todos. Depois disso, as pessoas vão realizar a divisão entre os participantes, que podem negociar entre si os alimentos e definir quem vai pegar mais ou quem vai pegar menos naquela semana. É bem assim que funciona em um CSA que já está mais evoluído. Em um CSA que está iniciando, a divisão costuma ser feita previamente para evitar conflitos, já que as pessoas podem não estar preparadas para esta divisão de uma forma autogerida, então são criadas as quotas para facilitar a divisão da cesta.

É interessante notar o caso específico da iniciativa de CSA na região da Grande Florianópolis. Apesar de ser uma nova iniciativa, ainda em desenvolvimento, percebe-se a maturidade nas relações entre os envolvidos, principalmente no que se refere à partilha de cestas. Assim, apesar de haver a quota previamente calculada, pode se perceber uma negociação contínua entre os envolvidos, bem como soluções baseadas em reciprocidade e proximidade. Para melhor ilustrar esta passagem, cita-se o caso da partilha de cestas em que os últimos participantes a buscarem sua parte da produção se viram beneficiados, tendo em vista que os primeiros participantes buscaram, na impossibilidade de divisão mais precisa, evitar de prejudicar os outros coprodutores.

Essa percepção de autonomia por parte do produtor rural em suas mais variadas formas é corroborada pelo conceito de proximidade de Andion (2005), de modo que a percepção de reciprocidade entre as partes envolvidas no grupo garante a perenidade das relações de modo mais justo, o que é percebido no discurso do entrevistado nº 1, transcrito a seguir:

“ O desafio é ver se você consegue ter formas de decisão, de participação democrática que as pessoas aqui, no caso, os associados, junto com os agricultores, consigam decidir de um jeito razoavelmente democrático, com algum grau de justiça, as formas de a gente ter um esquema em que a gente consegue fazer um troca-troca, porque no fim a gente acaba financiando o agricultor... ele tem que ganhar bem, mas não pode ganhar muito bem demais porque senão a gente ganha mal.. uma coisa de justiça social, de divisão de riqueza e de trabalho um pouco melhor do que está instituído na sociedade. “ (resposta à pergunta sobre qual é o maior desafio do grupo de CSA.

Outra passagem interessante é a do entrevistado nº 2, transcrita abaixo:

“Eu acho que é uma outra filosofia, porque tu vai lá, compra só e não tem participação do grupo né. E eu acho que o grupo faz com que a gente fortaleça esta rede, de a gente começar a ver que o agrotóxico não é saudável. Eu acho que a gente precisa crescer como um grupo para se enfrentar com esta agricultura cheia de agrotóxicos”. (Resposta à pergunta do porquê estar deixando de consumir outros alimentos orgânicos de mercados convencionais).

Assim, percebe-se que as relações neste meio são permeadas por princípios maiores, na tentativa de reconstruir a lógica utilitarista propagada atualmente, possibilitando o

desenvolvimento de novos laços sociais e garantindo maior autonomia ao agricultor rural na determinação de suas práticas organizacionais, sempre tendo como base o princípio de alimento bom, limpo e justo, o que pode ser representado pela ausência de agrotóxicos, o respeito à sociodiversidade e a divisão de riqueza e trabalho, tão reforçados nas entrevistas dos coprodutores.

Em seguida, buscou-se analisar a iniciativa sob o conceito de sociodiversidade, sendo o especialista questionado a respeito da contribuição na redução de impactos ambientais, no fortalecimento das relações sociais da região, bem como práticas de cultivo de modo geral. Assim, conforme o diretor-executivo, o CSA tem como princípio a participação de produtores, no mínimo, orgânicos, tendo inclusive selos de qualidade. Desta forma, segundo o especialista, existe a percepção da redução de impactos ambientais a partir do cultivo de alimentos de forma natural, sem a utilização de agroquímicos e contaminantes.

Além disso, a diversificação de produtos, segundo Wagner Santos, é mais uma das formas de minimizar impactos no ambiente, com a utilização de culturas que trabalhem de forma sinérgica, com o cultivo de alimentos da época e com o respeito ao tempo e às relações envolvidas. Novamente tem-se a questão da diversificação dos produtos, o que é possibilitado tendo em vista as relações mais próximas entre os envolvidos, de forma que o agricultor sabe que pode diversificar seu plantio sem que isso traga consequências negativas ao seu negócio, como volume menor de vendas. Esta produção diversificada permite a redução dos impactos ambientais (Nodari e Guerra, 2015) e está estritamente relacionada aos conceitos de proximidade e autonomia, bem como do alimento limpo, segundo os princípios do Movimento Slow Food.

No que se refere ao fortalecimento das relações sociais, Wagner Santos destaca esta nova forma de relacionamento entre os participantes, de forma a migrar da cultura do preço para a cultura do apreço. Desta forma, ainda segundo o entrevistado, o principal desafio da iniciativa é social, visto que a organização da atividade em si não é muito complexa, mas sim a conscientização das pessoas para estes modos de relacionamento com outras pessoas e com o meio em que vivemos. A passagem a seguir ilustra bem esta questão de conscientização:

“Tudo o que envolve educação é um processo para anos. Plantar uma árvore frutífera é algo que você faz para o seu filho comer a fruta, não para você. Então, eu enxergo que o CSA está trazendo de impacto para o nosso mundo é a possibilidade de melhora nestas relações no

futuro, e a gente já tem lampejos desta melhora com a nossa ação no mundo.”

Seguindo o mesmo raciocínio acima exposto, tem-se a seguinte passagem do entrevistado nº 2:

“ Na verdade a minha motivação inicial foi buscar produtos orgânicos, e aí eu conheci o CSA lá em São Paulo, em Botucatu, e eu vi que vai um pouco além de você adquirir o produto orgânico, você participa de uma comunidade que tem a mesma filosofia. É a filosofia do CSA que é “preço pelo apreço”. Foi isto que me motivou a buscar este grupo.”

Em seguida, questionou-se o Wagner Santos a respeito da existência de práticas tradicionais de cultivo nestes grupos de CSA. De acordo com Wagner Santos, existe a busca pelo resgate de antigas tradições no cultivo dos alimentos do organismo agrícola, as quais foram perdidas ao longo do tempo. Pode-se citar como exemplo o momento de plantio de determinada cultura ou de colheita. A passagem abaixo da entrevista com Wagner Santos ilustra bem este resgate:

“ Para se plantar algo que tenha uma raiz, a exemplo de uma cenoura ou uma mandioca, o melhor momento para o plantio é na lua minguante, porque está saindo da lua cheia e indo para a lua nova. Desta forma, as forças da terra, as forças cósmicas estão puxando para baixo. Assim, os ancestrais já tinham este conhecimento de que este seria o período ideal para plantio. Já os alimentos que precisam crescer para cima, a exemplo das hortaliças e frutos, os mesmos antigos sabiam que o melhor período para cultivo seria na lua crescente, tendo em vista que as forças da terra estão sendo levadas para cima. Quem trabalha com a produção orgânica sabe muito bem destes conhecimentos, ainda que de forma inconsciente. E nós buscamos fortalecer estas tradições no CSA.”

Neste ponto, percebe-se a convergência com a iniciativa de CSA da região da Grande Florianópolis. Segundo os agricultores Tânea e Vitor, eles seguem as fases da lua para se orientarem no plantio de determinadas espécies, bem como se utilizam de uma antiga ferramenta indígena, denominada Saraquá, a qual é tradicionalmente usada para o plantio de algumas sementes, como o milho.

Em seguida, foi destacado pelo especialista o cultivo sem agrotóxicos, resgatando a primeira atividade humana de cultivo, desde o início da história da humanidade. Assim, vale destacar o conceito de “consórcio de culturas”, segundo o qual consiste, de acordo com

Wagner Santos, utilizar duas diferentes culturas para se beneficiar de suas propriedades, como plantar uma diversidade de culturas de forma que o cheiro de uma cultura inibe a praga de uma outra cultura. Assim, este conhecimento específico é inerente ao agricultor e garante a qualidade de todo o processo. Uma passagem que ilustra este ponto é transcrita a seguir:

“ Como exemplo temos o cultivo de mamona no meio de uma cultura de couve, visto que o cheiro da folha da mamona espanta a principal praga da couve, que é o pulgão, por exemplo. Outro é você colocar um casal de joaninhas para se reproduzir em uma cultura de couve, porque as joaninhas vão comer todo o pulgão que está naquela couve. É importante entender estas coisas. Entender que você precisa ter árvores no seu organismo agrícola, tem que ter mato, não erva daninha, mas uma erva espontânea que está nascendo ali, porque aquela erva está ali te dando algum sinal do solo, de excesso ou falta de nutrientes. É importante saber fazer esta leitura da terra para então trabalhar as possibilidades de produção. Assim, o cultivo de orgânicos é mais uma questão do agricultor saber ler as necessidades do organismo em que ele está instalado e buscar o equilíbrio natural daquele sistema.”

Vale destacar que todos os coprodutores entrevistados destacaram a importância da produção de alimentos orgânicos e da relação de confiança estabelecida entre os produtores rurais e os coprodutores. Assim, nota-se que um dos pilares comum a todos os envolvidos no grupo de CSA é a relação com o alimento limpo, sem agroquímicos, o que vai ao encontro da prática de valorizar a sociodiversidade, propagado por Lima Dourado (2013) e possibilita a minimização dos impactos ambientais. Um exemplo pode ser demonstrado a partir da transcrição da resposta do entrevistado nº 5:

“ Para mim as maiores vantagens são poder consumir produtos orgânicos, sem agrotóxicos, além de contribuir com o desenvolvimento do agricultor rural.” (Resposta à pergunta de quais são as maiores vantagens em participar de um grupo de CSA).

Além disso, torna-se importante destacar a estreita relação entre a fala dos entrevistados e o conceito de alimento justo propagado pelo Movimento Slow Food. Assim percebe-se o conceito estar estritamente relacionado às falas, o que se percebe através da reorganização da lógica mercantil-utilitarista implementada pela iniciativa.

Em seguida, questionou-se a respeito da realização de eventos locais para comercialização, bem como da participação dos coprodutores no grupo de CSA.

Primeiramente, foi reforçada a questão da partilha de alimentos entre os envolvidos na iniciativa, de forma a evitar a comercialização destes produtos e criar laços mais estreitos entre os envolvidos. Assim, não é uma prática comum em um grupo de CSA a comercialização dos alimentos produzidos com pessoas que não estejam envolvidas no grupo. No caso específico da iniciativa na região da Grande Florianópolis, ocorre que os agricultores estão em um período de transição. Antes do grupo de CSA, a Tânea e o Vitor comercializavam cestas de orgânicos, realizando a entrega em domicílio semanalmente, ou conforme combinado entre as partes. Com a implementação desta nova iniciativa, os compradores de cestas estão gradualmente sendo realocados no grupo de CSA. Entretanto, devido a reorganização de conceitos, relações sociais e até mesmo comerciais, os agricultores entendem que este processo deve se dar de modo gradual, de forma que o grupo permaneça coeso e comprometido. Assim, existe a possibilidade de uma reorganização das cestas convencionais de orgânicos para o grupo de CSA para o ano de 2017.

Além disso, no que se refere à participação do coprodutor na produção ou distribuição de alimentos, foi destacado o papel importante deste no grupo de CSA. De acordo com Wagner Santos, existem os chamados Dias do Campo, nos quais os coprodutores são convidadas a conhecer o organismo agrícola pessoalmente. Normalmente, são dias de mutirões, em que o agricultor precisará de ajuda com mão-de-obra para realizar alguma atividade. Além disso, existe a responsabilidade toda semana, tendo em vista que uma ou mais pessoas ficam responsáveis por realizar estas entregas. De acordo com o especialista, o agricultor geralmente colhe os alimentos e leva os produtos no local combinado. A partilha no local de entrega é de responsabilidade dos participantes, tanto da organização do local de partilha como da divisão em si.

Assim percebe-se a construção conjunta de oferta e demanda, explicitado por França Filho (2007), o que permite a aproximação entre o papel do agricultor e do consumidor. No caso empírico da iniciativa na região da Grande Florianópolis, os coprodutores se reúnem semanalmente para realizar a partilha dos alimentos conforme a quota de cada um. Para tanto, os alimentos são divididos, pesados e negociados em uma lógica particular que foge da troca mercantil utilitarista padronizada atualmente.

Uma passagem interessante do entrevistado nº 1 reflete bem esta realidade:

“ A partilha é muito interessante, porque você conhece um monte de gente diferente,

você cria relações que são, no começo, pelo menos, como estou participando agora, que são melhores, mais saudáveis, mais flexíveis, porque você tem que negociar com as pessoas, porque as pessoas têm os seus interesses próprios mas também tem o interesse comum, de produzir uma comida de boa qualidade, uns vegetais sem veneno e tal, orgânicos. Também, você tem meio que reconstruir regras de relação, de decisão, porque, por exemplo, agora, a gente vem aqui, tem 14 pessoas e tem 11 quotas, então uns pegam a mais umas coisas, outros pegam a mais outras coisas, você tem que fazer toda uma negociação, que é uma negociação meio pessoal, que tem que ser reconstruída cada vez, para que ninguém seja prejudicado e ninguém seja beneficiado, ou pelo menos para que se reveze quem é prejudicado e quem é beneficiado, é um exercício de divisão da riqueza, que na sociedade é feito com base de uma briga selvagem capitalista”.

Diferentemente do que se poderia pensar, a participação do coagricultor nas formas de comercialização não está restrita à partilha de cestas. Assim, os participantes também ficam responsáveis por outras atividades acessórias ao cultivo, como comunicação interna e externa, administrativo, entre outros. Neste ponto, no que se refere à iniciativa na região da Grande Florianópolis, é interessante destacar a reunião do dia 30/10, no qual os coprodutores se encontraram com os produtores para deliberar alguns pontos, na tentativa de melhor sistematizar os processos. Desta forma, neste dia foram deliberadas a criação de um “cargo” de comunicação interna, responsável pela comunicação entre os participantes; um outro de comunicação externa, responsável pela interface do grupo com a sociedade; além de um terceiro de coordenação, de forma a auxiliar as outras atividades de forma harmônica e convergente. Percebe-se então que estes são pontos que fornecem maior autonomia aos agricultores rurais, permitindo-os focar na atividade-chave, que é o cultivo de bons alimentos

Desta forma, percebe-se a convergência de princípios e a disposição entre os envolvidos para reorganizar a lógica das relações entre os envolvidos no grupo, com o objetivo de garantir uma alimentação de qualidade (bom), sem agroquímicos ou outros contaminantes (limpo), a partir de relações justas e recíprocas (justo).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, mais especificamente a partir da Revolução Verde, o alimento no mundo foi sendo progressivamente contaminados por agroquímicos e alterados quanto às suas características naturais, o que implicou em uma paulatina padronização entre suas espécies. Isto acarreta na redução da sociodiversidade, vista tanto do ponto do alimento em si, na medida em que a diversidade de espécies vai sendo constantemente reduzida, quanto do ponto de vista das tradições de determinado local, na medida em que conforme as espécies “menos comerciais” vão sendo extintas, toda uma comunidade que sobrevive a partir daquela espécie também desaparece, levando consigo um conjunto de saberes-fazer e conhecimentos, os quais se perdem ao longo do tempo e do espaço.

Ao mesmo tempo, a utilização intensiva de agroquímicos fez com que os agricultores ficassem reféns de algumas organizações fornecedoras de tais insumos, o que levou ao endividamento de uma parcela expressiva de agricultores, acarretando em uma maior dependência destes, diminuindo sua autonomia no que se refere à tomada de decisões inerentes a sua própria atividade e portanto, a sua autodeterminação. Este fato implicou em uma crescente concentração de renda, o que ao longo dos anos tornou este ciclo cada vez mais intenso e desigual.

Neste sentido, surgem diferentes abordagens para contrapor esta forma de se relacionar, buscando fugir da lógica mercantil-utilitarista, a partir da compreensão do papel de um ser humano em um contexto mais amplo, em que as externalidades positivas, muitas vezes desconhecidas, superam em muito esta aparente perda, do ponto de vista capitalista. Um destes movimentos que surgem para contrapor este estilo de vida é o Movimento Slow Food, o qual propaga o princípio do alimento bom, limpo e justo.

Desta forma, o alimento limpo, conforme consta na fundamentação teórica, se dá através da alimentação saudável e de qualidade, além da defesa das diversidades biológicas e culturais (GENTILE, 2016). Neste ponto, pode se citar o cultivo de alimentos orgânicos bem como a diversificação no cultivo de alimentos. Esta característica se confunde com a do alimento limpo, na medida em que a diversificação de produtos também colabora com o equilíbrio ambiental e recursos. Também, o fato do cultivo ser orgânico garante que o solo não

está sendo contaminado por agrotóxicos, auxiliando em uma produção mais correta do ponto de vista ecológico. Por fim, ainda segundo a autora, o alimento justo se dá através do respeito ao trabalhador e seu conhecimento, através da promoção do comércio justo. Neste ponto, uma melhor divisão da riqueza está implícita, bem como uma nova forma de se relacionar com o agricultor.

Alinhado ao conceito de alimento bom, limpo e justo do Movimento Slow Food, vem sendo implementado gradualmente no Brasil o CSA - *Community Sustainable Agriculture* – o qual é um novo conceito que traz em si novas formas de relacionamento entre os participantes, bem como uma reorganização da lógica mercantil atualmente imperante. Neste sentido, a iniciativa surge de forma que os consumidores da lógica convencional sejam equiparados a coprodutores agrícolas, visto que o compromisso entre as partes e as relações reorganizadas os fazem se entender como parceiros, e não estritamente na relação entre consumidor e fornecedor.

A presente pesquisa teve como objetivo estudar o CSA, identificar e descrever suas principais práticas organizacionais, as quais estão em consonância com os princípios dos alimentos bons, limpos e justos, do Movimento Slow Food. Para tanto, foram três dias de contato com o grupo e com diversas formas de contato e análise, seja através da partilha de cestas, através de entrevistas, observação não participante ou mesmo na reunião entre os participantes. Além disso, o fato de os encontros terem se dado com algum espaço de tempo permitiu com que as informações fossem paulatinamente relacionadas e interligadas, criando uma compreensão sistêmica a respeito do fenômeno estudado.

A partir da construção do quadro de práticas, tendo como base o referencial teórico construído para esta pesquisa, foi possível criar uma lente para a análise do caso empírico. Como resultado, foi possível correlacionar cada um dos autores organizados no quadro e identificar pelo menos um ponto de convergência entre cada uma das teorias e as práticas do caso empírico. Ainda, percebeu-se na análise do estudo de caso uma coesão entre os princípios e valores norteadores do grupo de CSA implementado na região da Grande Florianópolis, bem como uma disposição para se comprometer com a coprodução, de acordo com esta nova abordagem estudada.

Desta forma, pode-se afirmar ainda haver espaço para novos estudos desta nova iniciativa no Brasil que é o CSA, o qual guarda estreita relação com os temas de economia solidária e agricultura familiar. Neste ponto, ainda existem diversas lacunas e oportunidades para aprimoramento do conhecimento a respeito dos temas, se mostrando especialmente relevante para a reorganização das lógicas comerciais e até mesmo sociais que tomam cada vez mais espaço no mundo atual.

Além disso, é importante destacar a relevância de novas pesquisas neste meio, visto que o desequilíbrio das relações convencionais inerentes à lógica mercantil-utilitarista está chegando no seu limite, conforme novas perspectivas surgem e conforme nos compreendemos enquanto pessoas.

6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMOVAY, R. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, n. 24, 1994. Disponível em: <ftp://www.ufv.br/Der2/Eru451/Abramovay.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2016.

ABRAMOVAY, Ricardo. Alimentos versus população: está ressurgindo o fantasma malthusiano?. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n. 4, out. 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400013&lng=en&nrm=iso

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-gabrielle. Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (prona): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, p. 53-66. abr. 2005.

ABREU, Edeli Simioni de et al. Alimentação mundial: uma reflexão sobre a história. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 10, n. 2, p.3-14, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902001000200002>.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia**. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100009>.

BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Brasília: Capes, 2015. 134 p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. EMATER/RS-ASCAR, 2002.

CARVALHO, Aurélio José Antunes de. Agricultura Sustentável e Agricultura Familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Uruçuca, v. 1, 2004.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: **Política de Desenvolvimento e o 'Novo Mundo Rural'**. São Paulo: Unicamp, mar. 1999.

CASTELLANO, Flora de Oliveira. **Território e desenvolvimento rural: o caso dos engenhos de farinha de mandioca do litoral centro-sul de Santa Catarina**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agrossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CASTELO BRANCO, Marina et al. Agricultura Apoiada pela Comunidade: poderia a experiência dos agricultores americanos ser útil para os agricultores urbanos brasileiros? **Hortic. Bras.**, Brasília, vol. 29, n.1, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-05362011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2016

CÉSAR, A. M. R. V. C. Método do estudo de caso (Case Studies) ou método do caso (Teaching cases)? Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em Administração. **Revista Eletrônica Mackenzie de Casos**. São Paulo, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf. Acesso em: 29 jun. 2016.

CHILDE, Vere Gordon. A Evolução Cultural do Homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COOLEY, JP; LASS, DA. Consumer benefits from Community Supported Agriculture Membership. A comparison of CSA share versus retail produce value. **Review of Agricultural Economics**, v. 20, p. 227-237, 1998.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

EISENHARDT, K. *Building theories from case study research*. The Academy of Management Review, 1989. 14 (4), p. 532-550.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; BUSARELLO, Carla Spillere. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. *Interações*, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 289-299, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122015000200289&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 jun. 2016.

FRANÇA FILHO; Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Rev. Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174 jan./jun. 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Food wastage footprint: Impacts on natural resources**. Roma: Fao, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3347e/i3347e.pdf>.

GAIGER. et al. **A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. 15. ed.: Cedope, 1999. (Movimentos Sociais e Cultura).

GAIGER, Luiz I. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2016.

GENTILE, Chiara. **Slow Food na Itália e no Brasil: História, projetos e processos de valorização dos recursos locais**. 2016. 412 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento

Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desarrollo rural sustentable. In: CURSO INTENSIVO EM AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS ECOLÓGICAS APLICADAS À AGRICULTURA, 11., 2002, Seropédica. **Palestra...** Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002. Não publicado.

HENRIQUES, Fernando Santos. A revolução verde e a biologia molecular. **Rev. de Ciências Agrárias**, Lisboa, v. 32, n. 2, p. 245-254, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-018X2009000200022&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2016.

HITCHMAN, Judith. Agricultura Sustentada pela Comunidade: Um modelo que prospera na China. **Revista Agriculturas**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.33-38, 01 jun. 2015. Mensal. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Agriculturas_V12N2_Artigo4.pdf. Acesso em: 08 out. 2016.

KERLINGER, Fred N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um tratamento conceitual. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 2003. Disponível em: <http://www.linsys.com.br/doc/Keringer.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

LAMB, G.. Community supported agriculture: can it become the basis for a New Associative Economy?. In: THE COMMUNITY SUPPORTED AGRICULTURE CONFERENCE, 1994, Pennsylvania.

LIMA DOURADO, JA. **Papel da agroecologia frente a crise alimentar mundial: olhares sobre as práticas agroecológicas na mesorregião do alto solimões (AM)**. Acta Geográfica, p. 265-276, 2013.

LUSCH, R. F.; BROWN, S. W.; BRUNSWICK, G. J. A General Framework for Explaining Internal vs. External Exchange. *Journal of the Academy of Marketing Science*, v. 20, n. 2, p. 119-134, 1992.

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 44, n. 2, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032006000200006>.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. A. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre, Rio de Janeiro: UFRGS, CPDA, 1999. 307p.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004.

MESQUITA, LP. Relações de Gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar. **Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero**, v. 5, n. 1, p. 98-113, jan. 2014.

NASCIMENTO, Manuela Alvarenga do. **As práticas alimentares na sociedade globalizada: o caso do movimento slow food**. 2014. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129251/330817.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jun. 2016.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 29, n. 83, p.183-207, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142015000100010>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2016.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 abr. 2016.

OLIVEIRA, Daniel Coelho de. O Slow Food e a nova dimensão temporal da modernidade. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 39, p. 216-234, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Flavia Soares. **Entre a teoria e a prática agroecológica, onde e como estão as mulheres rurais?: um estudo na região da grande Florianópolis (SC)**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 17, n. 2, p.33-52, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2014000200004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 jun. 2016.

SANTOS, Fernando Passos dos; CHALUB-MARTINS, Leila. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 38, n. 2, p.469-484, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022011005000008>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2016.

SLOW FOOD BRASIL (Ed.). **Bom, Limpo e Justo: Manifesto Slow Food para a Qualidade**. 2007. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>. Acesso em: 14 ago. 2016.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, LRS. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 67, n. 8, p. 231-249, jul. 2011.

TONET, R. Atividade artesanal e autonomia complexa: uma análise segundo a sociologia pragmática em contexto de DTS na Região das Vertentes – MG. 2014. 230 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. A ciência da nutrição em trânsito: da nutrição e dietética à nutrigenômica. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 23, n. 6, p. 935-945, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732010000600001&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 ago. 2016.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rev SOCERJ. 2007;20(5):383-386 setembro/outubro. Disponível em: <http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_d_e_pesquisa.pdf>. Acesso em: 29 jun.2016.

VIEGAS, Maurício da Trindade. **Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VIEIRA, José Daniel et al. A urbanização no mundo e no Brasil sob um enfoque geográfico. **Caderno de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, Aracajú, v. 3, n. 1, p. 95-106, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/2235/1381>. Acesso em: 13 maio 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. UFRGS, 2009.

APÊNDICE A**PROTOCOLO DE ÉTICA****AUTORIZAÇÃO**

Eu, abaixo assinado, autorizo RAFAEL MADEIRA SILVEIRA, a utilizar a minha entrevista concedida na data abaixo designada, para o fim de uma pesquisa acadêmica sobre as principais práticas organizacionais aplicadas em um grupo CSA – Agricultura Apoiada pela Comunidade. Esta pesquisa, realizada como monografia para a graduação em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina, não tem finalidade comercial ou política. Os depoimentos concedidos serão utilizados preservando-se a confidencialidade dos nomes dos entrevistados por meio da criação de nomes fictícios, visando preservar o sigilo dos entrevistados.

Nº	Nome	RG	Data	Assinatura
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

APÊNDICE B

Guia de Entrevistas – Modelo A

Esta entrevista foi dividida em duas partes: informações gerais, de caráter preliminar, sendo em seguida realizadas as perguntas direcionadas com o objetivo de melhor compreender a percepção dos envolvidos no grupo de CSA.

I - Informações Gerais

Nome

Profissão / Ocupação

Nível de Escolaridade

Renda Mensal Familiar - a) até R\$5000 // b) R\$5000-R\$10000 // c) R\$10000+

II – Perguntas Direcionadas

- a) Qual é a motivação que faz com que você participe do grupo CSA?
- b) Quais são as suas expectativas em participar de um grupo como este?
- c) Na sua opinião, quais são as principais implicações em participar deste grupo? E quais são os maiores desafios?
- d) Você percebe vantagens em participar deste grupo?
- e) Por que você está deixando de consumir os produtos convencionais?
- f) Por que não comprar orgânicos que são oferecidos nos mercados?
- g) Como você percebe o preço cobrado? Na sua opinião, o valor está acima, abaixo ou na média do mercado, se comparado a outros alimentos orgânicos?
- h) Como você percebe a questão da diversificação de produtos nas cestas do grupo CSA?

i) Favor classificar os seguintes atributos de acordo com sua importância na escolha de qual alimento consumir, sendo 1 o número atribuído ao mais importante atributo e 5 ao atributo menos importante.

- Preço

- Qualidade

- Conforto

- Princípios

- Relacionamento (Relações Pessoais)

APÊNDICE C

Guia de Entrevistas – Modelo B

Esta entrevista foi dividida em duas partes: informações gerais, de caráter preliminar, sendo em seguida realizadas as perguntas direcionadas com o objetivo de melhor compreender a percepção dos envolvidos no grupo de CSA, mais especificamente os produtores de alimentos deste grupo.

I Informações Gerais

Nome

Profissão / Ocupação

Nível de Escolaridade

Renda Mensal Familiar - a) até R\$5000 // b) R\$5000-R\$10000 // c) R\$10000+

a) Você pode fazer uma breve descrição sua, para que possamos conhecer sua trajetória?

II Perguntas Direcionadas

Conceito: Autonomia

a) Como é realizada a diversificação dos produtos, no que se refere a produção de alimentos?

b) Como a sazonalidade influencia a produção dos alimentos?

c) Na sua opinião, como é a reação dos participantes frente à sazonalidade do cultivo, que impacta nos alimentos oferecidos na cesta?

d) Como é feita a divisão entre o que será comercializado e o que será destinado para consumo próprio?

e) Como é feita a divisão do trabalho entre os membros da família?

f) Existe a participação de outras pessoas que não sejam membros da família? Qual é a relação delas com a sua atividade?

g) Até que ponto você percebe a autonomia da sua atividade na determinação das formas de comercialização?

Conceito: Sociodiversidade

h) Como você avalia a contribuição de sua atividade na redução dos impactos ambientais?

i) Como você avalia a contribuição de sua atividade no fortalecimento das relações sociais da região onde você está inserido?

j) Vocês mantêm alguma prática tradicional de cultivo? Pode citar exemplos?

k) Como é feito o cultivo sem agrotóxicos? Existe alguma utilização de produtos que não sejam orgânicos?

Conceito: Proximidade

l) Vocês realizam algum evento local para a comercialização dos alimentos produzidos?

m) Os produtos são comercializados no próprio local de cultivo?

n) O consumidor participa de alguma etapa na produção ou distribuição de alimentos?